



ACÓRDÃO Nº 175/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11302/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Polícia Civil do Estado do Amazonas.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Ivo Henrique Moreira Martins (Ordenador de Despesa), Raimundo Nonato de Souza Acioly (Ordenador de Despesa), Francisco Ferreira da Silva Sobrinho (Ordenador de Despesa) e Alberto Petronio Benevides de Carvalho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8370/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Polícia Civil do Estado do Amazonas. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, II e art.11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2016, da Polícia Civil do Amazonas (U.G: 22102), de responsabilidade do **Sr. Alberto Petronio Benevides de Carvalho**, Delegado-Geral de Polícia, em exercício, quando da assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº. 01/2015, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2016, da Polícia Civil do Amazonas (U.G:



ACÓRDÃO Nº 175/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

22102), de responsabilidade do **Sr. Raimundo Nonato de Souza Acioly**, (falecido), Delegado-Geral de Polícia e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 20.05.2016, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

10.3. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2016, da Polícia Civil do Amazonas (U.G: 22102), de responsabilidade do **Sr. Francisco Ferreira da Silva Sobrinho**, Delegado-Geral de Polícia e Ordenador de Despesas, no período de 20.05.2016 a 31.12.2016, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

10.4. Dar quitação ao **Sr. Alberto Petronio Benevides de Carvalho**, Delegado-Geral de Polícia, em exercício, quando da assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº. 01/2015, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE;

10.5. Dar quitação ao **Sr. Raimundo Nonato de Souza Acioly**, (falecido), Delegado-Geral de Polícia e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 20.05.2016, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE;

10.6. Dar quitação ao **Sr. Francisco Ferreira da Silva Sobrinho**, Delegado-Geral de Polícia e Ordenador de Despesas, no período de 20.05.2016 a 31.12.2016, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE;

10.7. Determinar a origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.7.1. Justificar a celebração de contrato por meio do 2º Termo ao Contrato nº 01/2015 com a Sociedade Empresária Trevo Turismo Ltda, no Valor total de R\$ 194.400,00, sendo que tal serviço não possui natureza de serviço contínuo, contrariando a IN 02/2008 – MPOG;



ACÓRDÃO Nº 175/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.7.2. No 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2016, LBC Conservadora e Serviços Ltda, no valor de R\$ 185.999,97, Justifique as seguintes inconsistências: . Ausência de Pesquisa de Mercado; Projeto Básico com Caracterização Insuficiente;

10.7.3. Justificar as impropriedades referentes aos pagamentos a título de Indenização, conforme discriminados abaixo: a) Ausência da Pesquisa de preços no mercado (no mínimo três propostas), uma vez que a pesquisa de preços é procedimento obrigatório, prévio e indispensável à verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública, inclusive serve de base para confronto e exame de propostas em licitação, conforme determina o art. 40, § 2º, II e art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93; b) Ausência do Projeto Básico com o detalhamento do objeto, em cumprimento ao art. 7º, I e § 9º, da Lei nº 8.666/93; c) Ausência da Justificativa que caracterizou a situação de urgência, em cumprimento ao art. 26, Parágrafo único, I, da Lei nº 8.666/93; d) Ausência da Razão da escolha do fornecedor, em cumprimento ao art. 26, Parágrafo único, II, da Lei nº 8.666/93; e) Ausência do Parecer Jurídico que fundamentou a possibilidade do referido pagamento; f) Ausência do Termo de Ajuste de Contas, documento necessário para proceder à liquidação dos valores devidos, no qual deverá constar a descrição do objeto, a atestação dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo fornecedor, em cumprimento ao art. 63, § 2º, I, da Lei nº 4.320/64;

10.7.4. Apresentar justificativa a respeito da possível irregularidade no pagamento da GEP ao servidores listados no quadro II abaixo, no exercício de 2016, bem como a possível desconformidade da forma de contraprestação paga pelo Governo do Amazonas aos Policiais Cíveis, nos termos do no § 9º do art. 144 c/c § 4º, art. 39, da Constituição Federal;

10.8. **Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Março de 2020



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 175/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral